

FUNDAÇÃO PIO XII

CGC-MF: 49.150.352/0001-12

REG Nº CNAS Nº 242.299/78

Rua 20, nº 221 - CEP: 14.780-070

Barretos/SP

Reconhecido como utilidade

Lei Estadual nº 2.224/79

Lei Municipal nº 3.166/78

Relatório do Conselho de Curadores - Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício de 2018 e as demais Demonstrações Financeiras do Auditor Independente, relativo ao mesmo período. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Barretos, 30 de abril de 2019 Presidente do Conselho de Curadores

FUNDAÇÃO PIO XII			
Balanços Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
Em Milhares de Reais			
ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição		8.732	2.782
Caixa e equivalentes – com restrição	3.1	30.906	4.227
Aplicações financeiras – sem restrição	03	13.922	7.178
Aplicações financeiras – com restrição	03	43.265	90.982
Títulos de capitalização – com restrição	3.3	12.271	10.592
Contas a receber	04	18.882	20.540
Estoques		29.602	22.910
Adiantamentos		9.334	4.674
Despesas diferidas		2.815	1.242
Impostos a recuperar		22	29
Outros ativos circulantes	06	6.232	7.669
Total ativo circulante		175.983	172.825
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		651	631
Contas a receber		627	627
Títulos a receber	05	31.821	19.430
Investimento		1.940	1.899
Imobilizado líquido – sem restrição	07	516.985	466.134
Imobilizado líquido – com restrição	7.1	180.397	144.844
Intangível	08	7.725	3.360
Total ativo não circulante		740.146	636.925
TOTAL DO ATIVO		916.129	809.750

FUNDAÇÃO PIO XII			
Balanços Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
Em Milhares de Reais			
PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		30.707	23.827
Obrigações sociais	09	9.435	8.131
Obrigações fiscais		2.564	1.985
Empréstimos e financiamentos	10	23.705	30.662
Provisão de férias e encargos		13.094	12.681
Subvenções a realizar	15	86.515	121.893
Provisão honorários médicos		14.517	14.643
Parcelamentos		11	32
Depósito garantidor	3.3	12.103	10.472
Outros passivos circulantes		1.777	1.179
Total passivo circulante		194.428	225.505
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	2.756	451
Contingências	19	12.228	28.110
Subvenções governamentais relacionadas ativos	14	197.498	153.066
Parcelamentos		618	629
Total passivo não circulante		213.100	182.256
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		508.601	401.989
Total do patrimônio líquido		508.601	401.989
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		916.129	809.750

FUNDAÇÃO PIO XII			
Demonstração do Resultado Consolidado			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
Em Milhares de Reais			
	Nota	2018	2017
RECEITAS			
Receita de convênio – SUS		191.833	190.142
Receita outros convênios		3.343	2.646
Receita de particulares		1.255	857
Receita de pesquisa clínica		9.252	6.337
Receita de treinamentos	28	6.941	6.398
Doações e subvenções	11,12,13,13.1	414.103	327.006
Receita de Gestão AME	25 e 25.1	19.852	19.349
Receita de Gestão Pública - Rondônia	26	32.259	23.550
Outras Receitas	27	15.924	7.829
Total das receitas		694.562	583.914
Receita operacional líquida			
Depreciações assistenciais		(10.690)	(15.797)
Custos dos serviços assistenciais prestados		(334.962)	(293.702)
Superávit Bruto		348.910	274.415
DESPESAS			
Salários e encargos		(143.409)	(128.969)
Administrativas e gerais		(92.995)	(86.588)
Depreciação e amortização		(34.448)	(23.088)
Tributárias		(3.312)	(1.486)
Total das despesas		(274.164)	(240.131)
Superávit (déficit) operacional		74.746	34.284

FUNDAÇÃO PIO XII			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
Em Milhares de Reais			
	Nota	2018	2017
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			
Outras despesas	29	(10.104)	(3.336)
Resultado alienação imobilizado		202	481
Receita títulos de capitalização	3.3	27.141	22.495
Reversão de contingência	19	19.982	-
Total de outras receitas (despesas)		36.321	19.640
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		1.544	2.441
Despesa financeira		(5.999)	(6.338)
Total de outras receitas (despesas)		(4.455)	(3.897)
Superávit/(déficit) do exercício	31	106.612	50.027

FUNDAÇÃO PIO XII					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado					
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017					
Em Milhares de Reais					
	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Doações e Subvenções Patrimoniais	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	346.656	-	5.306	-	351.962
Superávit do exercício	-	-	-	50.027	50.027
Transferência para patrimônio social	50.027	-	-	(50.027)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	396.683	-	5.306	-	401.989
Superávit do exercício	-	-	-	106.612	106.612
Transferência para patrimônio social	106.612	-	-	(106.612)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	503.295	-	5.306	-	508.601

Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado			
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
Em Milhares de Reais			
	2018	2017	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do período	106.612	50.027	
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	45.137	38.885	
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	4.471	541	
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	1	3	
Constituição/(reversão) de contingências	(15.882)	(196)	
Redução (aumento) do ativo			
Títulos de capitalização	(1.679)	(3.866)	
Contas/Títulos a receber – líquido de provisão	(10.733)	(13.951)	
Estoques	(6.692)	(3.115)	
Adiantamentos	(4.660)	(2.886)	
Despesas Antecipadas	(1.573)	(133)	
Outros ativos	1.425	859	
Aumento (redução) do passivo			
Fornecedores	6.880	(2.247)	

Obrigações Sociais	1.883	997
Subvenções a realizar	(35.378)	(3.005)
Provisão honorários médicos	(126)	611
Provisão de Férias	413	1.458
Depósito Garantidor	1.631	3.830
Outros passivos	44.998	36.136
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	136.728	103.948
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimentos	(42)	(100)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(140.378)	(132.316)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(140.420)	(132.416)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	18.168	26.777
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(22.820)	(18.906)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(4.652)	7.871
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(8.344)	(20.597)
Caixa e equivalentes no início do período	105.169	125.766
Caixa e equivalentes no fim do período	96.825	105.169
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(8.344)	(20.597)

FUNDAÇÃO PIO XII		
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas		
Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017		
Em Milhares de Reais		

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Tem por objetivo o atendimento médico – hospitalar e ambulatorial a pacientes que necessitem do tratamento cancerológico, especialmente, aqueles que não possuam recursos ou são considerados como de baixa renda, bem como ensino e pesquisa e para a realização de suas atividades, mantém as seguintes unidades:

Filial	CNPJ	Nome Fantasia
1	49.150.352/0001-12	Fundação Pio XII - São Judas
2	49.150.352/0003-84	Fundação Pio XII - Bahia
3	49.150.352/0002-01	Fundação Pio XII - Antenor Duarte Vilela
4	49.150.352/0005-46	Fundação Pio XII - Creche
5	49.150.352/0004-65	Fundação Pio XII - Alojamento Motorista
6	49.150.352/0006-27	Fundação Pio XII - Pensionato 31
7	49.150.352/0007-08	Fundação Pio XII - Captação de Recursos
8	49.150.352/0008-99	Fundação Pio XII - Jales
9	49.150.352/0009-70	Fundação Pio XII - AME Cirúrgico
10	49.150.352/0010-03	Fundação Pio XII - AME Clínico
11	49.150.352/0011-94	Fundação Pio XII - IRCAD
12	49.150.352/0012-75	Fundação Pio XII - Fernandópolis
13	49.150.352/0013-56	Fundação Pio XII - Carretas
14	49.150.352/0014-37	Fundação Pio XII - São José do Rio Preto
15	49.150.352/0015-18	Fundação Pio XII - Hospital Infantil
16	49.150.352/0016-07	Fundação Pio XII - Porto Velho
17	49.150.352/0017-80	Fundação Pio XII - Ji-Paraná
18	49.150.352/0018-60	Fundação Pio XII - Campo Grande
19	49.150.352/0019-41	Fundação Pio XII - Nova Andradina
20	49.150.352/0020-85	Fundação Pio XII - Nossa Senhora
21	49.150.352/0021-66	Fundação Pio XII - Área de Apoio
22	49.150.352/0022-47	Fundação Pio XII - Campinas
23	49.150.352/0023-28	Fundação Pio XII - Lagarto
24	49.150.352/0024-09	Fundação Pio XII - Palmas
25	49.150.352/0025-90	Fundação Pio XII - Macapá
26	49.150.352/0026-70	Fundação Pio XII - Rio Branco
27	49.150.352/0027-51	Fundação Pio XII - S.V.O

A entidade possui certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social concedido pelo Ministério da Saúde e renovado através da Portaria nº 605 de março de 2017, com validade para o período de 10 de novembro de 2016 à 09 de novembro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa
Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. O prazo médio de pagamento das contas a pagar de fornecedores é de 30 dias.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

g) Gratuidades em Saúde

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14.

h) Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

l) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5. TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Santa Casa de Misericórdia de Barretos	31.821	19.430
Total	31.821	19.430

Em 10 de novembro de 2016 conforme decreto 8.620, a Prefeitura de Barretos junto com o ministério Público do Estado de São Paulo, firmou instrumento particular de Administração e gestão com a Fundação Pio XII – CNPJ Nº 49.150.352/0002-01 para o prazo de 30 anos.

Os títulos a receber estão apresentados aos valores de realização na data das demonstrações financeiras.

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos empréstimos, referente a materiais, medicamentos e valores em espécie. Não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois a administração entende que os valores serão liquidados.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2018	2017
Despesas antecipadas	70	48
Créditos pesquisa clínica	348	109
Diagnóstico molecular	361	481
Outros créditos	5.453	7.031
Total	6.232	7.669

7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31/12/2018 R\$
CUSTO						
Terenos		20.946	182	(58)	-	21.070
Imobilizado em andamento		101.055	57.453	-	(142.127)	16.381
Beneficentários em bens de terceiros	2	14.378	-	-	-	14.378
Edificações	2	338.777	341	(5.118)	142.127	476.127
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	98.073	17.440	(4.997)	(3.451)	107.065
Equipamentos cirúrgicos	10	26.444	3.930	(8.132)	-	22.242
Computadores e periféricos	20	20.845	2.683	(908)	(359)	22.261
Biblioteca	10	54	-	(16)	-	38
Equipamentos para laboratório	10	12.797	1.062	(24)	635	14.470
Instalações	10	81	-	(3)	-	78
Veículos	20	12.549	1.087	(1.045)	(1.631)	10.960
Obras de arte		62	-	-	-	62
Gestão pública		8.343	33	(24)	-	8.352
Total		654.404	84.211	(20.325)	(4.806)	713.484
DEPRECIACÃO ACUMULADA						
Beneficentários em bens de terceiros		(2.663)	(573)	-	-	(3.236)
Edificações		(72.650)	(12.054)	4.843	-	(79.861)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(61.393)	(8.913)	4.889	343	(65.074)
Equipamentos cirúrgicos		(19.186)	(1.267)	7.938	-	(12.515)
Computadores e periféricos		(11.674)	(2.624)	874	-	(13.424)
Biblioteca		(51)	(2)	16	-	(37)
Equipamentos para laboratório		(6.235)	(1.319)	23	(259)	(7.790)
Instalações		(58)	(6)	3	-	(61)
Veículos		(9.187)	(1.275)	945	893	(8.624)
Gestão pública		(5.173)	(704)	-	-	(5.877)
Total		(188.270)	(28.737)	19.531	977	(196.499)
TOTAL		466.134	55.474	(794)	(3.829)	516.985

7.1. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31/12/2018 R\$
CUSTO						
Imobilizado em andamento (rest.)		24.355	12.107	-	(29.820)	6.642
Edificações (rest.)	2	41.667	-	-	29.660	71.327
Beneficentários em bens de terceiros (rest.)	2	1.294	-	-	-	1.294
Móveis, aparelhos e equipamentos (rest.)	10	60.735	25.775	(4)	3.452	89.958
Equipamentos cirúrgicos (rest.)	10	10.703	4.251	(3.864)	-	11.090
Computadores e periféricos (rest.)	20	7.858	2.452	(6)	359	10.663
Equipamentos para laboratório (rest.)	10	13.395	2.171	-	(635)	14.931
Veículos (rest.)	20	8.447	3.846	-	1.790	14.083
Total		168.444	50.602	(3.874)	4.806	219.978
DEPRECIACÃO ACUMULADA						
Beneficentários em bens de terceiros (rest.)		(248)	(51)	-	-	(299)
Edificações (rest.)		(180)	(883)	-	-	(1.063)
Móveis, aparelhos e equipamentos (rest.)		(13.275)	(7.681)	1	(343)	(21.296)
Equipamentos cirúrgicos (rest.)		(3.010)	(1.271)	193	-	(4.088)
Computadores e periféricos (rest.)		(1.836)	(1.809)	3	-	(3.642)
Equipamentos para laboratório (rest.)		(2.322)	(1.465)	-	259	(3.528)
Veículos (rest.)		(2.729)	(2.041)	-	(893)	(5.663)
Total		(23.600)	(15.201)	197	(977)	(39.581)
TOTAL		144.844	35.401	(3.677)	3.829	180.397

8. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Anual %	Saldo 31/12/2017 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31/12/2018 R\$
CUSTO						
Licença de Uso de Softwares	20	3.907	301	(180)	-	4.028
Marcas e Patentes		24	-	-	-	24
Gestão Pública		827	-	-	-	827
Licença de Uso de Softwares (rest.)	20	2.946	5.264	-	-	8.210
Total		7.704	5.865	(180)	-	13.089
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Licença de Uso de Softwares		(2.851)	(356)	179	-	(3.028)
Gestão Pública		(716)	(54)	-	-	(770)
Licença de Uso de Softwares (rest.)		(777)	(789)	0	-	(1.566)
Total		(4.344)	(1.199)	179	-	(5.364)
TOTAL		3.360	4.366	(1)	-	7.725

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Salários a pagar	6.534	5.619
INSS a recolher	1.283	1.089
FGTS a recolher	1.579	1.400
Outros	39	23
Total	9.435	8.131

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento Final Até	Taxa de Juros	2018	2017
Garantida	30/04/19 A 15/10/19	0,75% a.m a 1,24% a.m	22.969	30.437
Empréstimo	21/08/2023	0,94% a.m	3.040	-
Leasing		1,53% a.m	396	554
BNDES	15/10/2019	0,2870% a.m	56	122
Total			26.461	31.113
Parcela Classificada no Circulante			23.705	30.662
Parcela Classificada no Não Circulante			2.756	451

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, vencem como segue:

2020	746
2021	735
2022	736
2023	539
Total	2.756

Garantias

Em garantia de todas as modalidades foram concedidos imóveis do Presidente da Instituição (pessoa física).

11. SUBVENÇÕES E CONVÊNIO PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA CUSTEIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados em receitas:

	2018	2017
Federais	59.980	70.984
Municipais	70.062	62.790
Estaduais	65.670	42.607
Subvenções específicas - AME	134	142
Parcerias	16	215
Total	195.862	176.738

12. SUBVENÇÕES E CONVÊNIO PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA INVESTIMENTO

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de "subvenções para investimento" no momento do reconhecimento da despesa de depreciação.

	2018	2017
Subvenções Federais	14.355	7.635
Outros	2.492	3.488
Total	16.847	11.123

13. DOAÇÕES PARA CUSTEIO

	2018	2017
Pessoa Jurídica	75.418	47.918
Pessoa Física	-	458
Promoção de eventos	1.162	992
Doações de Captação	106.213	89.750
Total	182.793	139.118

13.1 DOAÇÕES PARA INVESTIMENTO

	2018	2017
Pessoa Jurídica	18.260	-
Pessoa Física	341	27
Total	18.601	27

14. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo não Circulante	197.498	153.066
Total	197.498	153.066

15. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS À REALIZAR

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2018	2017
Passivo Circulante	86.515	121.893
Total	86.515	121.893

16. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834 – Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%, incluindo Fundação Pio XII e Gestão SUS.

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14 e Portaria n.º 834 - Ministério da Saúde a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital. O Hospital apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais.

17. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 39.840 mil e de R\$ 36.400 mil, respectivamente.

18. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial transitada em julgado em 05/05/2015, proferida nos autos de nº 0057612-41.1999.403.6100.

19. REVERSÃO/PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 12.228 mil em 31 de dezembro de 2018 (Em 2017 – R\$ 28.110 mil) para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Em 2018 houve uma reversão de contingências no montante de R\$ 19.082 mil, tendo como principal reversão o processo 0000105-48.2013.5.15.0011, Vara Trabalhista de Barretos, de natureza jurídica ação trabalhista, valor histórico de R\$ 15.107 mil que teve seu risco de perda atualizado para "Remota", conforme sentença julgada a favor da Instituição.

20. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre FOPAG, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2018 à Entidade apurou e contabilizou em contas de "receitas e despesas", um custo de R\$ 282 mil (R\$ 235 mil em 2017) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em condições semelhantes às realizadas com partes não relacionadas.

Empresa		Operação	Resultado	2018 Ativo(Passivo)
IBF Indústria Brasileira de Farmoquímicos S/A		Prestação de Serviços	1.614	(14.139)
HCB Unidades Móveis S/A		Prestação de Serviços	(1.576)	(7.883)
Empresa		Operação <th>Resultado</th> <th>2017 Ativo(Passivo)</th>	Resultado	2017 Ativo(Passivo)
IBF Indústria Brasileira de Farmoquímicos S/A		Prestação de Serviços	1.323	(15.193)
HCB Unidades Móveis S/A		Prestação de Serviços	(2.217)	(2.204)

25. CONTRATO DE GESTÃO AME CIRURGICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março de 2015, poder executivo, seção I.

Durante o exercício de 2018 a Entidade recebeu o valor de R\$ 8.515 mil (R\$ 8.641 mil em 2017), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2018:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	11.506
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.651
nº de cirurgias	8.996
nº de SADT Externo	-

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.075	86
nº de Interconsultas Médicas	6.000	5.369	89
nº de Consultas Subsequentes Médicas	3.600	4.062	87

pectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO PIO XII em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Ênfase

Conforme nota explicativa no. 3.2, a Instituição firmou contratos para negociação de Títulos de Capitalização junto a Hiper Saúde Ribeirão Preto e Saúde Cap. São Jose do Rio Preto, conforme processos SUSEP da Investcap sob. nº s 15414.901233/2016-11 e 15414.901234/2016-57, respectivamente.

Esta operação é administrada pelas empresas Rib Cap Intermediação de Serviços e Negócios Mobiliários Ltda., CNPJ: 18.262.345/0001-70 e LBML Cap Intermediação de Serviços e Negócios Ltda., CNPJ: 24.154.362/0001-03, os quais mensalmente são incorporadas as transações contábeis e financeiras da Fundação Pio XII.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da

administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2019.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5